

UNIDADE 2

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: A IMPORTÂNCIA DE EDUCAR PARA A DIVERSIDADE AOS DIFERENTES SEGMENTOS POPULACIONAIS

2.1 PRIMEIRAS PALAVRAS

O texto vem refletir sobre a importância de se educar para a diversidade. Trata-se de um olhar mais cuidadoso sobre uma sociedade profundamente diversificada, formada por mulheres, homens, jovens, crianças, idosos, deficientes, enfim, grupos e povos com diferentes manifestações culturais. O mundo vem atravessando mudanças aceleradas e profundas modificações consequências do processo de globalização. Paralelamente ao lado de profundas mudanças e conquistas, há um grande aumento de problemas que afetam diretamente a vida da população. Assim, parte considerável da população continua sendo excluída e discriminada. O texto dará ênfase à necessidade da educação estar atenta às diferenças.

“Admitindo-se a existência de processos globais que transcendem os grupos, as classes e as nações, ou seja, processos definidos pela forma de organização social, sabemos que atualmente o capitalismo se articula de modo diferente” (VALENTE; 199:27)

A educação será concebida aqui como um processo histórico universal, como ação que procura reafirmar a condição do homem como um ser que se distingue de todos os outros no conjunto da natureza. Então podemos dizer que a educação é expressão do social e da cultura que caracteriza universalmente os seres humanos. Nesse sentido, entendemos que não podemos compreender o homem fora da sociedade, da cultura e da educação construídas por ele próprio. O homem, nesta concepção, é histórico e se transforma. O processo educacional, dado seu caráter plural, é entendido tanto informal como formalmente na relação cotidiana dos homens entre si e com o seu meio.

O atual modelo de educação trata os estudantes de forma homogênea, como se todos os alunos comungassem dos mesmos valores, saberes, culturas, enfim, todos são tratados pela educação de um mesmo ponto de vista. A miscigenação e os vastos costumes expressos nas ações e diferentes modos de expressões culturais de uma população diversificada desaparecem na vida escolar, fortalecendo um modelo historicamente construído e imposto pelo modelo de educar europeu.



Figura 16: Diversidade Humana
Fonte: dialogospoliticos.files.wordpress.com/2008/08/1171701005_diversidade.jpg

2.1.1 As funções da escola

Valente (1999) destaca que a expansão escolar alimenta as indústrias da construção civil, de materiais didático e editorial, entre outras, gerando empregos e lucros. Por outro lado, enfatiza a autora que a escola passa a controlar o desemprego “na medida em que o jovem, ali permanecendo mais tempo, não pressionará um mercado de trabalho já saturado” (VALENTE, 1999:66). Dessa maneira ao cumprir essas funções de controle do desemprego, a escola assume o cuidado das crianças das classes médias e trabalhadoras. A escola se torna um espaço de convivência social, reprodutora social, portanto, reprodutora da ideologia burguesa. Neste contexto ao reproduzir a ideologia burguesa, sob a orientação do capitalismo, limita-se a desenvolver somente a capacidade de ler, escrever e contar, respondendo somente às necessidades da economia. O preparo para lidar com situações que exigem uma reflexão mais aprofundada e o preparo para o respeito às diferenças são deixados de lado. A escola é cada vez menos portadora de sentido:

“A singularidade européia se arroga como universalidade sobre as demais singularidades, com as quais entra em contato na empresa colonizadora” (VALENTE; 199:27).

Diante do supracitado, podemos nos perguntar qual escola queremos construir ou (DES) desconstruir? E quais as alternativas que poderiam ser utilizadas?

Os sistemas educacionais, neste sentido, passam a demandar e exigir uma reflexão que supere a visão tendenciosa da educação. A dificuldade de se trabalhar temas relacionados às diferenças populações é um dos grandes desafios contemporâneos para a educação. Apesar das leis que resguardam as necessidades e a importância das especificidades culturais, como as leis: 10639/03, 11650/08 e a recente 6861/09 que alteram a LDB (lei 9394/96) garantindo a necessidade de uma educação voltada para o ensino da diversidade, (Mesmo com a inserção dessas Leis, excluir) ainda faltam incentivos para a inclusão no sistema educacional de ensino.

Na ocorrência desse processo de homogeneização, a questão da diferença cultural passa a assumir papel de destaque nas estratégias de resistência. Consideramos que o silêncio expresso, inclusive nas agências de ensino propagado pela não valorização da imagem das diversidades, inclusive a do negro, ou pelas ações de racismo, estigmatiza e violenta milhares alunos no espaço escolar.

A beleza que cultuamos é advinda das tendências européias e impactam de forma negativa na população afrobrasileira e indígena. Consideramos que as características externas como a cor da pele, o tipo de cabelo, o formato dos lábios, entre outras, não podem ser critérios práticos exclusão social. Os sentimentos que são gerados em tomo desses

PARA REFLETIR



A diversidade humana não é fruto das determinações biológicas, mas das diferenças culturais e históricas.

PARA REFLETIR



Será se os valores ensinados no modelo de educação que temos contempla a diversidade dos alunos que formamos?

Será que promovemos Educação que respeite as diversas formas de compreender o mundo?



Figura 17: Unidade na Diversidade
Fonte: bahai.pt/.../unidade_na_diversidade

estereótipos de cunho preconceituosos e racistas ocasionam, muitas vezes, impotência, raiva, vontade de vingança, tristeza, sentimento de inferioridade e incapacidade reativa. (CAVALLEIRO: 1999)

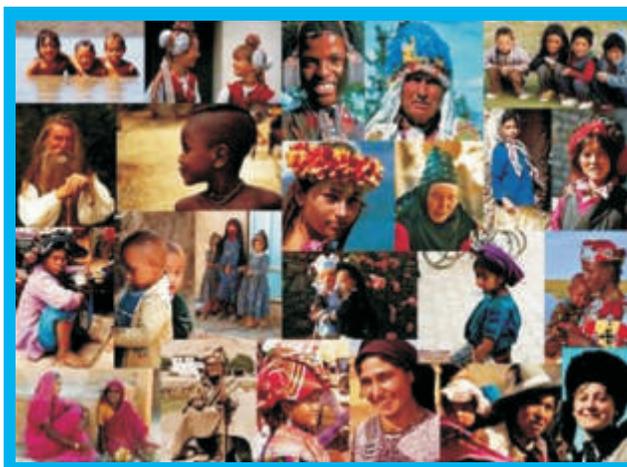


Figura 18

Fonte: povodebaha.blogspot.com/2007_01_01_archive.html

PARA REFLETIR

A pessoa educada é capaz de produzir conhecimento e, necessariamente, respeita os idosos, as outras pessoas e o meio ambiente. Empenha-se em fortalecer a comunidade na medida em que vai adquirindo conhecimentos escolares, acadêmicos, bem como outros necessários para a comunidade sentir-se inserida na vida do país. (SILVA, 2000, p. 78-79).

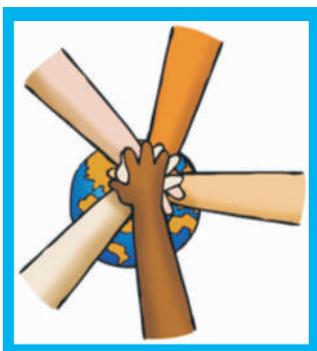


Figura 19: Unidade de raças

Fonte: ismaelguedes.blogspot.com/2008/02/como-seria-...

A política que caracteriza o racismo no Brasil se alimenta das ideologias, das teorias e dos estereótipos de inferioridade e superioridade raciais.

A escola brasileira tem-se organizado, ao longo da história, na implementação de um modelo de educação que não garante o ensino de qualidade, o respeito e direito as histórias e culturas. Especialmente os povos indígenas e os negros são considerados um enorme entrave para a modernidade do país, uma vez que as medidas adotadas no espaço escolar já tornaram instrumento de homogeneização e assimilação à cultura dominante.

A garantia de que o Estado se responsabilizasse em educar todos de maneira igualitária, respeitando as diferenças, vem de lutas e vitórias antigas, além do descumprimento, ou ainda criadas com interpretações dúbias. Citemos como exemplo a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1781, que dava a garantia da liberdade aos descendentes de escravos além de garantir o ensino aos ditos libertos. O que não foi cumprido. Assim podemos entender o tamanho do desafio que ainda temos para fazer da educação um espaço plural e de direitos. Ainda hoje, muitas leis são criadas abrindo espaço para interpretações que favorecem a classe dominante, como há 200 anos atrás. Basta olharmos os centros de detenção e perceberemos quem ocupa majoritariamente estes espaços e outros desprivilegiados na sociedade.

Nossa sociedade vem caminhando para debater este assunto, apesar das dificuldades de inserção de políticas reparatórias para a população histórica, social e economicamente excluída e discriminada como a negra e indígena, o que deixa marcas profundas no processo de empobrecimento da população brasileira. A luta contra a ignorância e a

hostilidade do racismo nas salas de aula deve ser uma árdua e constante luta.

Quando paramos para refletir sobre os negros e índios e todas as populações marginalizadas em nosso país, percebemos o quanto devemos ainda avançar no discurso e em ações que visem reparações a essa parcela da população. A realidade educacional nos ajuda a pensar o tratamento que a escola tem dado a questão da pluralidade étnica e racial.

Ainda encontramos muitos(as) educadores(as) que pensam que discutir sobre relações da pluralidade étnico e racial não é tarefa da educação, sendo dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal argumento demonstra total incompreensão sobre a formação histórica e cultural de nossa sociedade. Demonstra, também, a crença de que a função da escola está reduzida à transmissão dos conteúdos historicamente acumulados, como se estes pudessem ser trabalhados de maneira desvinculada da realidade social brasileira.

Dessa maneira, questionamos de que maneira professores e professoras têm trabalhado com a questão da diversidade étnica e racial na escola? Que atitudes tomamos frente às situações de discriminação no interior da escola e da sala de aula? Por que será que a questão do respeito às diferenças ainda encontra dificuldade para entrar nas escolas e na formação do professorado brasileiro? Por que não conseguimos implantar as Leis 10639/03 e 11650/08? Ou ainda por que precisamos destas leis?

2.2 EDUCAR PARA RESPEITAR AS DIFERENÇAS: O PAPEL DOS EDUCADORES

A educação é um processo amplo e complexo de construção de saberes históricos, culturais e sociais que fazem parte do cotidiano humano. Nesse processo, a educação é pautada, muitas vezes, numa ótica de imposição de saberes. No entanto, e contraditoriamente, muitos educadores concordam em transmitir valores estereotipados fazendo com que a escola, no trato com a diversidade étnico-racial, venha perpetuando visões eurocêntricas.

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, diferentes identidades, diversidade, sexualidade, as relações raciais, entre outras.

Trabalhar com essas dimensões não significa, apenas, transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifesta seja na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade.

Nesse sentido conforme Valente (1999), no discurso governamental

PARA REFLETIR



Somos antes de tudo 6 bilhões de seres humanos, todos distintos um do outro.

Precisamos ser tratados como tal, sem distinção, sem preconceitos, garantindo a todos, o direito de ser iguais em suas diferenças.



Figura 20: Preconceito.

Fonte: www.libertte.zip.net/patinhos

PARA REFLETIR

Aceitar as diferenças e enriquecer-se com elas continua a ser um problema que hoje ninguém sabe resolver porque supõe o reconhecimento da alteridade, que é exatamente colocada em questão.



Figura 21: Segmento Indígena

PARA REFLETIR

Será que garantimos igualdade no tratamento no que se refere à educação de todas as crianças? Por que as universidades não são lugares de grandes expressões de negros e índios?

PARA REFLETIR

Quando será entendido que a humanidade é a maior vítima da ganância, do racismo e do preconceito?

de democratização do ensino no Brasil, percebe-se a expansão escolar respondendo apenas à demanda quantitativa por escolas em todos os níveis de ensino. Multiplica-se o número de escolas, sem a preocupação com o tipo de ensino que vem sendo oferecido.

Antes de pensarmos em quais estratégias poderemos e devemos adotar para promover no espaço escolar estratégias educacionais que garantam educação de privilégio a todos, é fundamental que estejamos atentos para com a necessidade de se desenvolver estratégias de combate ao racismo na escola. Em uma pesquisa realizada pelo Jornal Hoje nas principais capitais brasileira, 95% dos entrevistados acreditavam que no Brasil existe racismo.

Concordamos que formas preconceituosas em relação às diferenças estão presentes em vários ambientes institucionais, entre eles nas escolas. Esse é um ponto importante porque, ao afirmar que o racismo existe, estamos rompendo com a hipocrisia diante da situação da população afrodescendente, indígena e todos os grupos marginalizados.

No Brasil, o racismo ainda é insistentemente negado no discurso do brasileiro, mas se mantém presente nos sistemas e valores que regem o comportamento da nossa sociedade, expressando-se através das mais diversas práticas sociais.

Vários tipos de argumentos são usados para explicar a suposta inexistência do racismo no Brasil e ajuda a reforçar a ambigüidades do racismo brasileiro. Além de demonstrar um profundo desconhecimento histórico e conceptual sobre a questão, esse argumento nos revela os efeitos do mito da democracia racial na sociedade brasileira, esse tão falado mito que nos leva a pensar que vivemos em um paraíso racial.

O entendimento conceitual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito poderia ajudar os(as) educadores(as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola. Entretanto, somente identificar não resolve o obscuro destas práticas. Essa é uma discussão que deveria fazer parte do processo de formação de todos os professores.

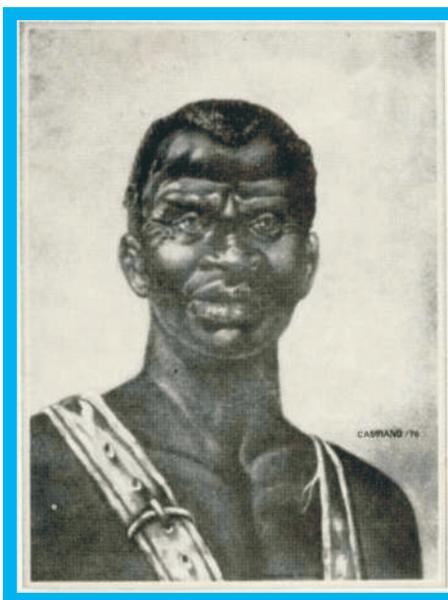


Figura 22: Zumbi dos Palmares

Fonte: achetudoeregiao.com.br/atr/Quilombos.htm

É necessário que, na educação, a discussão teórica e conceitual sobre a questão da diversidade esteja acompanhada da adoção de práticas concretas. Seria interessante construirmos experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização das diferentes culturas. Dessa forma, a superação de práticas discriminatórias estaria também associada a experiências concretas, possibilitando uma mudança de valores. Por isso, o contato com as diversas comunidades e diferentes grupos marginalizados traria maior compreensão e luz a questões que estão profundamente arraigadas em nossa sociedade.

2.3 ESTRATÉGIAS DE LUTA E ENFRENTAMENTO

É exatamente no campo dos valores que apresenta uma maior complexidade quando pensamos em estratégias de combate às diferentes manifestações de discriminação e preconceito às diversidades na escola brasileira. Dialogar no campo dos valores, das identidades, da cultura, da religiosidade mexe com questões delicadas e subjetivas, e nos leva a refletir sobre diversos temas presentes no campo educacional. Um deles se refere à autonomia do professor.

Tendo em vista a necessidade de aprofundamento em metodologias que garanta uma educação voltada para a diversidade e de desvendar o peso histórico de uma educação voltada para valores burgueses e excludentes, o compromisso político seria, dentre outros, relacionar os currículos oficiais às práticas culturais dos diferentes grupos que vivem em nossa sociedade. Sabemos que a autonomia do professor não se resume a garantir uma determinada metodologia, discutir ou não certas temáticas, usar da sua autoridade para com o aluno, discutir política partidária no interior da escola. Porém, ao tratar da diversidade e da pluralidade que existem em nossa sociedade, alguns docentes usam de uma compreensão deturpada e, muitas vezes, reproduzem e produzem práticas preconceituosas e racistas.



Figura 24: Caracterização indígena.

Fonte: amoremensinar.blogspot.com/2008_03_02_archive.html

PARA REFLETIR



O Brasil precisa de uma reforma na educação que garanta o direito a verdadeira história em sua projeção protagonista.



Figura 23: Nelson Mandela

Fonte: ricardoborges.wordpress.com

Ao entrar nesse universo tão rico e complexo, estamos questionando a nossa atuação profissional e a nossa postura ética diante da diversidade étnico-cultural e das suas diferentes manifestações no interior da escola. Isso não significa desrespeitar a autonomia do professor, mas entendê-la e, muitas vezes, questioná-la. Discutir essa “autonomia” do professor representa, também, denunciar práticas discriminatórias que acontecem dentro da escola e no interior da sala de aula. É necessário inserir a discussão sobre o tratamento e qual o papel que a escola tem dado às diversidades.

Refletir sobre os valores que estão por detrás de práticas estereotipadas nos leva a pensar que não basta apenas existir documentos sobre a Pluralidade e diversidade cultural, ou discutirmos sobre as questões curriculares presentes na escola se não tocarmos de maneira séria no campo dos valores, das representações sobre populações e grupos marginalizados, discriminados e excluídos como os negros, os índios, as mulheres, os deficientes, os idosos enfim. Entender que esses são valores nunca se encontram sozinhos. Eles, na maioria das vezes, são acompanhados de práticas que precisam ser revistas para construirmos princípios éticos e realizarmos um trabalho sério e competente com a diversidade étnico-racial na escola. É preciso abrir esse debate e debater essa questão tão delicada.

PARA REFLETIR



*Mama África, (a minha mãe),
É mãe solteira
E tem que fazer mamadeira,
todos os dias
Além de trabalhar como
empacotadeira nas Casas
Bahia.
(Chico César)*

No Brasil foi construído, ao longo da história, um sistema classificatório relacionado com as cores das pessoas. O cabelo, transformado pela cultura como sinal mais evidente da diferença racial (...) nesse processo, as cores “branca” e “preta” são tomadas como representantes de uma divisão fundamental do valor humano. (GOMES, 2003, p. 148)

2.4 O PAPEL DAS UNIVERSIDADES E DA SOCIEDADE

É preciso construir novas práticas, novos paradigmas, novas relações. É necessário que os(as) educadores(as) se coloquem na fronteira desse debate e que a cobrança de novas posturas diante da questão da pluralidade e diversidade das diferentes populações passe a ser uma realidade também dos educadores, dos sindicatos e dos centros de

formação de professores. Realizar discussões nas escolas que trabalhem temas como: a influência da mídia, a religião, a cultura, a estética, a corporeidade, a música, a arte, os movimentos culturais, na perspectiva da diversidade brasileira. Respeitar as tradições, a memória, a singularidade de cada povo ou de cada grupo.



Figura 25: Logomarca NEAB
Fonte: www.nucleo.ufal.br/neab/N3.jpg

Essas e outras temáticas podem e devem ser realizadas ao longo do processo escolar e não somente nas datas comemorativas, na semana do folclore ou durante a semana da cultura, ou ainda na semana do dia 20 de novembro. Deve ser assunto a ser discutido no cotidiano escolar, todos os

dias. Devemos reservar um lugar para discutir o lugar do outro e o nosso próprio lugar, devemos valorizar e preservar as tradições não ridicularizá-las.

Uma estratégia interessante e que poderá nos ajudar na mudança de valores e práticas é conhecer outras experiências de intervenção bem sucedidas no trato dessas questões. É inegável dizer que muitas escolas no Brasil já executam e muito bem essa educação voltada para a diversidade. Poderemos citar várias iniciativas que têm contribuído para formação de uma escola mais plural, onde se respeite as diferenças, mudando assim o rumo da educação de vários futuros cidadãos e cidadãs. Existem várias publicações e vários projetos anuais espalhados pelas escolas públicas brasileiras que dão certo e conseguem vencer a barreira do racismo e do preconceito para com as populações marginalizadas. Muitos informativos, vídeos, e eventos impactantes têm sido promovidos além de debates com a presença de especialistas na área, orientados projetos pedagógicos das escolas.

No Projeto Pedagógico de toda escola precisa ter incluso a cultura e a história das diferentes populações nos campos de ensino. A utilização das escolas para serem palcos de formação e transformação de professores e alunos descreve o maior desafio que nos levam hoje a debatermos conscientemente a necessidade de uma educação aplicada à diversidade brasileira.

As experiências supracitadas exemplificam na prática o que já tem sido desenvolvido no Brasil e que tem como enfoque o trabalho com educação e diferentes populações, e precisam ser divulgados e conhecidos pelos educadores.



Figura 26: Diversidade I
Fonte: zjotha.brasilflog.com.br/1164037213.jpg

Pensar na inserção de políticas pedagógicas voltadas para as diversidades nas escolas significa muito mais do que ler livros e manuais informativos, representa alterar os valores, a dinâmica, a lógica, o tempo, o espaço, o ritmo e a estrutura das escolas. Significa, ainda, dar subsídios aos professores, colocá-los em contato com as discussões mais recentes sobre os processos educativos, culturais, políticos.

Os(as) professores(as) são conhecidos como uma categoria de lutas e de conquistas. É necessário reconhecer que o trato pedagógico da diversidade é um direito de todo cidadão e cidadã pertencente a qualquer grupo étnico-racial. É necessário interesse dos educadores, que têm compromisso com a extensão da cidadania e democracia, para provocar ou fazer articulações juntos movimentos organizados que possam contribuir

PARA REFLETIR

O resgate da memória e da história da comunidade negra e indígena não interessa apenas aos alunos de ascendência negra e indígena (...) Além disso, essa memória não pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos cotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica social e da identidade Nacional. (Kabengele Munanga)

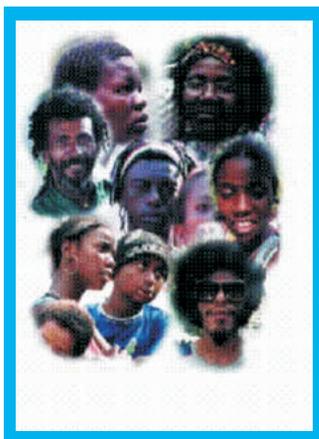


Figura 27: Diversidade II
Fonte: identidadenegra.zip.net/images/mortenegros.gif

neste processo de formação.

É preciso que haja movimento com ações coletivas, organização e sensibilidade por parte da direção escolar enquanto grupo de formação. Outra proposta de trabalho com a diversidade refere-se à organização de trabalhos conjuntos entre diferentes instituições escolares e os diferentes segmentos da população.

É preciso flexibilizar os tempos escolares, já está proposto pela LDB, e pensar em momentos de participação da comunidade junto com os professores e alunos. Essa mesma estratégia pode ser realizada, no interior da própria escola. O educador(a), ao trabalhar com as diferenças, deveria tomar conhecimento das lutas, histórias, demandas e conquistas dos povos. Não podemos nos esquecer de que a inclusão da temática da diversidade racial e indígena na escola brasileira e o reconhecimento da sua inclusão no currículo somente aconteceram por pressão dos Movimentos organizados de base.

A importância da aproximação da família nas atividades escolares faz suma diferença no processo de educação complementar. A comunidade participante permite novos rumos de trabalhos e mecanismos consistentes de transformação social. Esse envolvimento poderá levar muitas escolas a descobrirem entidades diversas e grupos culturais também diferentes, possibilitando um trabalho integrado entre a escola e a comunidade. Sem dúvida, essa iniciativa seria a efetivação de um dos objetivos do projeto político-pedagógico da escola.

Temos a possibilidade e somos até desafiados a pensar diferentes maneiras de trabalhar com a questão da diversidade e pluralidade na escola, precisamos estar dispostos. Não podemos, enquanto educadores(as) comprometidos(as) com a democracia e com a luta pela garantia dos direitos sociais e humanos, recusar tais tarefas. A nossa meta final em prol de uma educação transformadora e voltada a diversidade deve ser a igualdade dos direitos sociais a todos os cidadãos e cidadãs.

Não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana, dentre os quais se insere a diversidade populacional, continue dando ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares. Não se pode esquecer que o ser humano não se constitui apenas de corpo, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos, que são construídos historicamente e repassados, pela visão do dominados. Dessa forma, entendemos o processo educacional de uma maneira ampla e a necessidade de avançar no nosso papel como educadores/as realizando um trabalho competente em relação às diferenças populacional.

RESUMO

O texto vem discutir sobre a importância das instituições estarem atentas para as diversidades existentes em nossa sociedade. Aborda a tendência das escolas na implementação de um modelo de educação que não garante o ensino de qualidade, o respeito e direito as histórias e culturas, uma vez que as medidas adotadas no espaço escolar se tornaram instrumento de homogeneização e assimilação da cultura dominante. Nesse sentido, vem refletir sobre os sistemas educacionais e a visão tendenciosa da educação, que muitas vezes vem transmitindo conceitos preconceituosos e estereotipados. Paralelamente, enfatiza a dificuldade que existe em trabalhar temas relacionados às diferentes populações, e os desafios contemporâneos para a educação libertadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J, R, P de (2000). **Instituição Pública no Brasil.**(1500 a 1889) – história e Legislação. 2. Ed. Rev. São Paulo, Ed. PUC/SP crítica Maria do Carmo Guedes. Trad. Antônio Chizzotti.

AZEVEDO, F.D. **História de minha vida.** Numero de. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio, 1971.

———. **A reconstrução educacional no Brasil, ao povo e ao governo.** Manifesto dos pioneiros da educação nova. Numero de. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

———. **A reforma do ensino no distrito federal discursos e entrevistas.** Numero de. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1929.

———. **Seguindo meu caminho conferências sobre educação e cultura.** Numero de Biblioteca pedagógica brasileira. Sér. 3a. Atualidades pedagógicas biblioteca pedagógica brasileira. São Paulo etc.: Companhia editora nacional, 1946.

BELLO, J.L.D.P. **História da educação no Brasil** 2003 [cited January 29, 2003 2003]. Available from

<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb01.htm>.

BITTENCOURT, C.M.F. **Pátria, civilização e trabalho:** O ensino de história nas escolas paulistas, 1917-1939. Numero de. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BOMENY, H. **Os intelectuais da educação.** Numero de, Descobrindo o brasil. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

———. **Quando os números confirmam impressões:** Desafios na educação brasileira. In Revista Interseções. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2002.

BRASIL. Lei nº 6.861. **Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.** Diário Oficial da União maio de 2009.

———. **Lei nº 11.650, 10 de março de 2008:** altera a lei 10639/03 incluindo a palavra indígena junto a palavras afro-descendente. Diário Oficial da União de 10 de março de 2008.

_____, **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004

_____. **Lei n.º 10.639, de 09.01.03**: altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afrobrasileira”.

_____. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20.12.96**: estabelece a Nova Diretriz de Bases da Educação Nacional. Brasília: [s.n.], 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CARDOSO, Marcos Antônio; SANTOS, Elzelina Dóris dos; FERREIRA, Edinéia Lopes; **Contando a História do Samba**. Belo Horizonte; Mazza Edições, 2003.

CENTRO DE REFERÊNCIAS DA EDUCAÇÃO MÁRIO COVAS. Memorial da educação 2003 [cited Jan 23, 2003. Available from <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/neh.php?t=001a>.

CHALHOUB, S., (1988). **Medo, Branco de Almas Negras, escravos libertos e republicanos da cidade do Rio**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 8. nº16, março/agosto.

GOMES, Nilma Lino. **Uma dupla inseparável: Cabelo e a cor da pele**. In: BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs) De Preto a Afrodscendente: Trajetórias de pesquisas sobre relações étnico raciais no Brasil. São Carlos UFSCAR/Brasília, Unesco, 2003, p 137-150.

GADOTTI, M., FREIRE, A. M. A.. Paulo Freire uma biografia. **Numero de**. São Paulo, Brasília, Brazil: Cortez Editora. Instituto Paulo Freire. UNESCO, 1996.

LOURENÇO FILHO, M.B. **Introdução ao estudo da escola nova; bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea**. 9. ed. Numero de. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1967.

_____. **Tendências de educação brasileira**. Numero de. São Paulo: Melhoramentos, 1941.

MARIANI, M.C. **Educação e ciências sociais o instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais**. In: Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro, edited by Simon Schwartzman, 167-95. Brasília: CNPq, Coordenação Editorial, 1982.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988

SILVA, Petronilha B.G. **Vamos acertar os passos?** Referências Afro-brasileiras para o sistemas de ensino. Florianópolis, In As idéias racistas, os negros e a educação. Ivan Costa Lima e Jeruse Romão (org), v. 1, 1997. [Série Pensamento Negro em educação]

ATIVIDADES

1) Será que promovemos Educação que respeite as diversas formas de entender o mundo? O que podemos fazer para promover uma educação que respeite todo tipo de diferença?

2) Discuta sobre a seguinte frase:

“A pessoa educada é capaz de produzir conhecimento e, necessariamente, respeita os idosos, as outras pessoas e o meio ambiente. Empenha-se em fortalecer a comunidade na medida em que vai adquirindo conhecimentos escolares, acadêmicos, bem como outros necessários para a comunidade sentir-se inserida na vida do país.” (SILVA, 2000, p. 78-79)

3) Qual a importância de resgatar a história dos diferentes povos preservando sua cultura, suas tradições e sua memória?